



# BMEP

---

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 10 | outubro 2021



Gabinete de Estratégia e Estudos  
Ministério da Economia

**GPEARI**

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação  
e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

## Ficha Técnica

---

**Título:** Boletim Mensal de Economia Portuguesa

**Data:** outubro de 2021

Elaborado com informação disponível até ao dia 29 de outubro.

### **Editores:**

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Rua da Alfândega 5-A

1110 - 016 Lisboa

Telefone: +351 21 882 33 90

URL: <http://www.gpeari.gov.pt>

E-Mail: [bmep@gpeari.gov.pt](mailto:bmep@gpeari.gov.pt)

**Gabinete de Estratégia e Estudos**

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

1149-057 Lisboa

Telefone: +351 21 792 13 72

URL: <http://www.gee.gov.pt>

E-Mail: [gee@gee.min-economia.pt](mailto:gee@gee.min-economia.pt)

**ISSN: 1848-11012**



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

## 1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p data-bbox="177 331 539 443">Videoconferência dos Ministros das Finanças da União Europeia</p> <p data-bbox="177 472 539 510">28 de outubro de 2021</p>	<p data-bbox="539 331 1407 443">Do debate ocorrido na videoconferência dos Ministros da Finanças da União Europeia de 28 de outubro de 2021 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul data-bbox="539 450 1407 667" style="list-style-type: none"> <li data-bbox="539 450 1407 667">▪ <b>Mecanismo de Recuperação e Resiliência</b> – Os Ministros prosseguiram com o debate relativo à implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, tendo debatido as decisões de execução do Conselho relativas à aprovação dos planos nacionais de recuperação e resiliência da Estónia, Finlândia e Roménia, com vista à sua posterior adoção formal por procedimento escrito, dado o carácter informal da videoconferência.</li> </ul>
<p data-bbox="177 667 539 779">Reunião dos Ministros das Finanças da União Europeia</p> <p data-bbox="177 808 539 846">5 de outubro de 2021</p>	<p data-bbox="539 667 1407 779">Do debate ocorrido na reunião dos Ministros da Finanças da União Europeia de 5 de outubro de 2021 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul data-bbox="539 763 1407 1921" style="list-style-type: none"> <li data-bbox="539 763 1407 981">▪ <b>Revisão das regras prudenciais aplicáveis às empresas de seguros e resseguros (Solvência II)</b> – Os Ministros das Finanças da UE debateram a revisão das regras aplicáveis às empresas de seguros e resseguros, incluindo a proposta de revisão da Diretiva Solvência II e uma nova proposta de Diretiva para a recuperação e resolução de empresas de seguros e resseguros. Os trabalhos irão continuar a nível técnico.</li> <li data-bbox="539 987 1407 1205">▪ <b>Mecanismo de Recuperação e Resiliência</b> – Os Ministros prosseguiram com o debate relativo à implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, tendo adotado a decisão de execução do Conselho relativa à aprovação do plano nacional de recuperação e resiliência de Malta. Adicionalmente, a Comissão apresentou o ponto de situação relativo às avaliações dos restantes planos de recuperação e resiliência ainda em curso.</li> <li data-bbox="539 1211 1407 1496">▪ <b>Execução do instrumento SURE</b> – A Comissão Europeia apresentou aos Ministros das Finanças da UE os principais resultados do segundo relatório sobre a execução do instrumento Europeu para atenuar os riscos de desemprego numa situação de emergência (SURE, na sua sigla inglesa). Este instrumento assegurou, até à data, um apoio financeiro de cerca 90 mil milhões de euros a 19 Estados-Membros. Os Ministros saudaram o relatório e consideraram este instrumento como essencial na proteção do emprego e na manutenção dos rendimentos dos trabalhadores da União.</li> <li data-bbox="539 1503 1407 1921">▪ <b>Conclusões sobre o financiamento da ação climática na perspetiva da 26.ª Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP26), a realizar em Glasgow entre 31 de outubro e 12 de novembro de 2021</b> - Os Ministros das Finanças da UE aprovaram as conclusões sobre o financiamento da ação climática, no âmbito da 26.ª Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP26), que se terá lugar em Glasgow. Estas conclusões focam-se na importância do apoio da UE e dos seus estados-membros à aplicação dos objetivos do Acordo de Paris, incluindo a relevância do compromisso associado ao aumento da contribuição para o financiamento internacional da ação climática e a importância de mobilização de investimento privado no combate às alterações climáticas.</li> </ul> <p data-bbox="539 1928 1407 2105">Destaca-se, ainda, a adoção, sem debate, de conclusões do Conselho sobre a <b>revisão da lista da UE de jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais</b>. O Conselho decidiu retirar Anguila, Dominica e Seychelles da chamada "lista negra" (anexo I da lista) e incluí-las na "lista cinzenta" (anexo II da lista). Estas jurisdições receberam do Fórum Mundial da OCDE a notação "amplamente conforme" ("largely</p>

Iniciativa	Sumário
	compliant’) no que respeita à troca de informações. Após esta atualização, a lista da UE integra as seguintes nove jurisdições: Samoa Americana, Fiji, Guam, Palau, Panamá, Samoa, Trinidad e Tobago, Ilhas Virgens Americanas e Vanuatu. Costa Rica, Hong Kong, Malásia, Macedónia do Norte, Qatar e Uruguai foram também incluídas na lista cinzenta, dela tendo sido retirada Austrália, Eswatini e Maldivas, na sequência da implementação das necessárias reformas fiscais. A Turquia continua a fazer parte da lista do anexo II dado que serão necessários mais progressos no que respeita à total troca automática de informações com todos os Estados-Membros, como decidido nas Conclusões do Conselho de fevereiro de 2021.
<p data-bbox="177 551 539 640">Contrato de concessão do terminal de contentores de Alcântara</p> <p data-bbox="177 685 539 752">Conselho de Ministros de 28 de outubro de 2021</p>	<p data-bbox="547 551 1399 707">Aprovou o decreto-lei que aprova as alterações às bases conformadoras do contrato de concessão do direito de exploração do terminal de contentores de Alcântara, a infraestrutura nacional melhor localizada para servir a economia portuguesa e um conjunto vasto de empresas localizadas na zona da Grande Lisboa.</p>
<p data-bbox="177 763 539 853">Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique</p> <p data-bbox="177 898 539 965">Conselho de Ministros de 28 de outubro de 2021</p>	<p data-bbox="547 763 1399 853">Aprovou o decreto-lei que prorroga o prazo de realização do capital do Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique, de 2020 para 2025.</p> <p data-bbox="547 875 1399 999">Com esta medida, o Governo reforça a cooperação com Moçambique e contribui para a diversificação das fontes de financiamento das empresas portuguesas e para um maior envolvimento do setor privado na cooperação portuguesa.</p>
<p data-bbox="177 1010 539 1211">Regime da concorrência – Regime das práticas individuais restritivas do comércio – Regime das cláusulas contratuais gerais</p> <p data-bbox="177 1256 539 1323">Conselho de Ministros de 28 de outubro de 2021</p>	<p data-bbox="547 1010 1399 1223">Aprovou o decreto-lei que altera o regime da concorrência, o regime das práticas individuais restritivas do comércio e o regime das cláusulas contratuais gerais. O Governo espera contribuir para o estabelecimento de um mercado concorrencial no setor do turismo, livre de práticas comerciais que desequilibrem as relações económicas. Protege-se e reforça-se o mercado nacional e comunitário e introduz-se equilíbrio e proporcionalidade nas relações comerciais.</p>
<p data-bbox="177 1335 539 1424">Subsídio financeiro mensal no setor dos combustíveis</p> <p data-bbox="177 1469 539 1536">Conselho de Ministros de 28 de outubro de 2021</p>	<p data-bbox="547 1335 1399 1570">Aprovou o decreto-lei que estabelece um subsídio financeiro mensal, de natureza transitória e excepcional, a atribuir aos cidadãos nos seus consumos no setor dos combustíveis, entre novembro de 2021 e março de 2022, para apoio aos consumos em postos de abastecimento de combustíveis, recorrendo à plataforma de suporte ao Programa «IVAucher». Aprovou também a resolução que autoriza a despesa respetiva a efetuar pelo Estado, no valor global de 132,5 milhões de euros.</p>
<p data-bbox="177 1581 539 1693">Processo extraordinário de viabilização de empresas (PEVE)</p> <p data-bbox="177 1738 539 1794">Conselho de Ministros de 21 de outubro de 2021</p>	<p data-bbox="547 1581 1399 1749">Aprovou o decreto-lei que prorroga a vigência do regime do processo extraordinário de viabilização de empresas (PEVE), em situação económica difícil ou de insolvência causada pela pandemia da doença Covid-19, até 30 de junho de 2023, sem prejuízo de eventuais ulteriores prorrogações, caso se justifiquem.</p>
<p data-bbox="177 1805 539 1906">Alteração de legislação laboral – Agenda de trabalho digno</p> <p data-bbox="177 1951 539 2018">Conselho de Ministros de 21 de outubro de 2021</p>	<p data-bbox="547 1805 1399 2074">Aprovou a proposta de lei que procede à alteração de legislação laboral no âmbito da agenda de trabalho digno. O diploma vem dar cumprimento às prioridades estabelecidas pelo Governo no que respeita à regulação do mercado de trabalho com vista à promoção do trabalho digno, através de um conjunto de medidas que promovam o emprego e a sua qualidade, que combatam e reduzam a precariedade, que reforcem os direitos dos trabalhadores, que fortaleçam a negociação coletiva, que aumentem a proteção dos jovens e que melhorem a conciliação entre vida profissional, pessoal e familiar.</p>

**Iniciativa****Sumário**

Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2022

Aprovou a Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2022.

Conselho de Ministros de 8 de outubro de 2021

**2. Seleção de Medidas Legislativas****Medidas no âmbito da pandemia da doença COVID-19**

<b>Assunto/Diploma</b>	<b>Descrição</b>
Programa Adaptar Turismo Despacho Normativo n.º 27/2021 - Diário da República n.º 211/2021, Série II de 2021-10-29	Reforça o orçamento do Programa Adaptar Turismo.
Programa «IVAucher» – Normas vigentes e boas práticas em matéria de proteção de dados pessoais Despacho n.º 10233/2021 - Diário da República n.º 205/2021, Série II de 2021-10-21	Concretização de diretrizes tendentes a garantir, no âmbito do programa «IVAucher», o cumprimento comum das normas vigentes e boas práticas em matéria de proteção de dados pessoais.
Linha de apoio às micro e pequenas empresas do turismo Despacho Normativo n.º 25/2021 - Diário da República n.º 202/2021, Série II de 2021-10-18	Determina novo reforço de dotação orçamental à linha de apoio às micro e pequenas empresas do turismo.
Medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia – retificação Declaração de Retificação n.º 33/2021 Diário da República n.º 199/2021, Série I de 2021-10-13	Retifica o Decreto-Lei n.º 78-A/2021, de 29 de setembro, que altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19.

**Outras Medidas**

<b>Assunto / Diploma</b>	<b>Sumário</b>
Investimento em infraestruturas de conectividade Despacho n.º 10631/2021 - Diário da República n.º 211/2021, Série II de 2021-10-29	Cria o Grupo de Trabalho da Conetividade com a missão de proceder à análise das necessidades existentes no território nacional quanto à cobertura de redes fixas e móveis, bem como da disponibilidade de fundos de financiamento públicos, designadamente da União Europeia, e de fundos privados para investimento em infraestruturas de conectividade.
Mobilidade elétrica e suave Resolução da Assembleia da República n.º 263/2021 - Diário da República n.º 208/2021, Série I de 2021-10-26	Recomenda ao Governo medidas para reforçar a mobilidade elétrica e suave.
Coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados em 2021 Portaria n.º 220/2021 - Diário da República n.º 206/2021, Série I de 2021-10-22	Procede à atualização dos coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2021.
Margens máximas de comercialização para os combustíveis simples Lei n.º 69-A/2021 - Diário da República n.º 205/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-10-21	Cria a possibilidade de fixação de margens máximas de comercialização para os combustíveis simples, alterando o Decreto-Lei n.º 31/2006, de 15 de fevereiro.
Declaração periódica do IVA, anexo R – Código do IVA	Procede à alteração da declaração periódica do IVA, anexo R e respetivas instruções de preenchimento, prevendo a intervenção, por contabilista certificado independente, na certificação prevista no artigo 78.º-D do CIVA.

**Assunto / Diploma**

**Sumário**

---

Portaria n.º 206/2021 - Diário da República  
n.º 200/2021, Série I de 2021-10-14

---

Incubadoras Sociais de Emprego

Portaria n.º 205/2021 - Diário da República  
n.º 198/2021, Série I de 2021-10-12

Regulamenta a criação e o funcionamento das Incubadoras Sociais de Emprego.

---